

PCA do IGEPE está há cerca de um ano fora do mandato

- A actual Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), Ana Senda Coanai, encontra-se em exercício há aproximadamente um ano após o término do seu segundo mandato. Nomeada inicialmente em 15 de dezembro de 2015 pelo antigo Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, para um mandato de quatro anos, Ana Coanai foi reconduzida em 2020 para um segundo ciclo, que terminou no final de 2024, coincidindo com o último mandato do Chefe de Estado.



De acordo com o Estatuto Orgânico do IGEPE, os mandatos têm a duração de quatro anos e podem ser renovados. A legislação prevê ainda que os membros cessantes permaneçam em funções até à nomeação e posse dos novos membros. Com o fim do se-

gundo mandato em dezembro de 2024, Ana Coanai continua no cargo, aguardando a decisão do Conselho de Ministros.

A decisão sobre a liderança do IGEPE para o próximo ciclo cabe ao Governo de Daniel Chapo, num momento em que eventuais mu-

danças poderão sinalizar novas orientações para a gestão do sector empresarial do Estado, bem como a reconfiguração dos interesses da nova elite dirigente do partido Frelimo, que transformaram as empresas do sector empresarial do Estado numa vaca leiteira.

IGEPE como ponta de lança do partido Frelimo no sector empresarial do Estado

A função estratégica do IGEPE vai muito além da sua missão formal de representar o Estado nas empresas participadas. O Instituto assume uma relevância política, económica e estratégica, especialmente para o partido no poder, a Frelimo, que governa Moçambique desde a independência, proclamada em 25 de junho de 1975.

Ao controlar o IGEPE, a Frelimo detém, de forma indirecta, o comando sobre empresas estratégicas, o que lhe confere capacidade de orientar investimentos, nomeações e prioridades, muitas vezes ao serviço de interesses partidários.

O IGEPE e as empresas sob sua alçada têm sido usados como plataformas para acomodação de quadros do partido Frelimo, frequentemente como forma de recompensa política ou de gestão de lealdades internas. A sua liderança é geralmente composta por figuras próximas ao núcleo dirigente da Frelimo.

Algumas dessas empresas participadas tornaram-se verdadeiras “vacas leiteiras” e fontes informais de financiamento partidário, especialmente em períodos eleitorais, seja por meio de contratos direc-

cionados, desvios de lucros não auditados ou empreendimentos conjuntos com elites económicas próximas ao partido. Embora difícil de provar em muitos casos, diversos

relatórios nacionais e internacionais sugerem a utilização de empresas públicas como canais de financiamento partidário informal.



Créditos: Carta de Moçambique

Consequências da instrumentalização política

O actual estado de coisas tem implicações a vários níveis, como seja a falta de transparência e *accountability* (a partidarização do IGEPE enfraquece a sua função técnica e compromete a confiança dos investidores); partidarização da economia (manifesta-se no favorecimento de elites ligadas ao partido, agravando as desigualdades no acesso a oportunidades económicas) e bloqueio de reformas estruturais (a manutenção de um sector empresarial sob

controlo partidário dificulta a implementação de reformas como a privatização ou a profissionalização da gestão pública).

A decisão sobre a liderança do IGEPE para o próximo ciclo cabe ao Governo de Daniel Chapo, num momento em que eventuais mudanças poderão sinalizar novas orientações para a gestão do sector empresarial do Estado, bem como a reconfiguração dos interesses da nova elite dirigente do partido Frelimo.



O IGEPE e as empresas sob sua alçada têm sido usados como plataformas para acomodação de quadros do partido Frelimo, frequentemente como forma de recompensa política ou de gestão de lealdades internas. A sua liderança é geralmente composta por figuras próximas ao núcleo dirigente da Frelimo.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

